

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Fonte solar domina oferta em leilão de energia	2
Título: Oferta de ações da Petrobras pelo banco deve melhorar o resultado primário	3
Título: Iberdrola diz não ter interesse por venda da Eletrobras	4
Título: Produção de petróleo do país cresceu 7,7% em 2019	6
Título: Roraima vê petróleo na Guiana como redenção.....	7
Título: Canadense SPG planeja investir em geração solar	10
VEÍCULO: O Globo	11
Título: Petrobras encolhe e reduz emissões	12
Título: Tragédia de Brumadinho, que faz um ano, não pode ficar impune.....	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Com impulso do pré-sal, produção de petróleo e gás bate recorde em 2019	15
Título: Petrobras deve precificar oferta de ações em fevereiro.....	16
Título: Países pobres e seus depósitos de óleo	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	19
Título: É possível blindar a economia?	19
Título: XP alcança R\$ 100 bilhões em valor de mercado.....	21
Título: Ações da Petrobrás do BNDES podem girar até R\$ 23,5 bi	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/01/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Fonte solar domina oferta em leilão de energia**

Segmento fica com cerca de 55% da capacidade total inscrita para certame revisto para maio

A fonte solar respondeu por mais da metade de toda a oferta inscrita para o próximo leilão de energia nova, previsto para 28 de maio. O certame será do tipo “A-4”, em que serão negociados contratos de energia de novos empreendimentos com início de suprimento quatro anos à frente (ou seja, em 2024).

De acordo com informações da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foram cadastrados 794 projetos de geração de energia solar fotovoltaica, com um total de 28.667 megawatts (MW) de capacidade.

O montante equivale a 55% do total inscrito para o leilão de 51.438 MW, provenientes de 1.528 empreendimentos.

Outra fonte que se destacou na etapa de cadastramento foi a eólica. Ao todo foram inscritos 659 projetos do tipo, somando uma capacidade instalada de 20.825 megawatts.

Juntas, as fontes eólica e solar respondem por 96,2% de toda a oferta cadastrada para o leilão.

Também estão inscritos 54 projetos hidrelétricos de diferentes portes. Entre eles, estão quatro hidrelétricas, somando 177 megawatts.

Também foram cadastradas 39 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs, usinas com capacidade entre 5 e 30 MW), totalizando 591 MW, e 11 centrais geradoras hidrelétricas (CGHs, usinas com menos de 5 MW), com um total de 33 MW.

Completam a lista outros 21 projetos de termelétricas a biomassa, somando 1.145 megawatts de capacidade.

Entre os Estados, a Bahia lidera a lista de projetos inscritos, com 481 empreendimentos. Desse total, são 281 projetos eólicos e 200 de fonte solar fotovoltaica.

Em relação à oferta, os empreendimentos baianos somam 14.801 MW, mais de um quarto de toda a capacidade inscrita para o leilão.

Em segundo lugar está o Rio Grande do Norte, com 251 projetos, sendo 131 eólicas e 120 plantas solares fotovoltaicas, totalizando 8.673 MW ou 17% da capacidade inscrita no certame.

O terceiro colocado é o Piauí, com 207 empreendimentos inscritos, sendo 47 projetos eólicos e 160 usinas solares, totalizando 7.082 megawatts. O volume equivale a 14% da oferta inscrita para o leilão.

Os projetos ainda passarão por uma etapa de habilitação, em que serão analisados documentos dos empreendimentos. O prazo para a apresentação da licença ambiental dos projetos se encerra em 9 de março.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	23/01/2020
Seção:	Brasil
Autor:	Daniel Rittner
Título:	Oferta de ações da Petrobras pelo banco deve melhorar o resultado primário

Presidente do BNDES não tem estimativa de quanto a operação pode render à União

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, disse ontem, em Davos, que a oferta pública de ações da Petrobras detidas pelo banco deve melhorar o resultado primário da União neste ano. Ele evitou, no entanto, fazer estimativas sobre quanto pode ser arrecadado para os cofres federais com a operação.

O BNDES vai vender até 9,86% das ações ordinárias (com direito a voto) do capital da Petrobras, praticamente eliminando sua participação acionária na estatal, segundo Montezano.

O presidente do banco disse que a operação dá continuidade à “estratégia de desinvestimento” do banco, que teve passos importantes nos últimos meses, com a venda total das fatias societárias na Marfrig e na Light.

De acordo com o executivo, a oferta deverá ficar entre R\$ 19,6 bilhões e R\$ 23,5 bilhões, dependendo da demanda pelos papéis. Esse dinheiro, conforme explicou, entrará no caixa do BNDES e reforçará o desempenho financeiro do primeiro semestre.

Montezano disse que, quando o balanço do banco até junho for fechado, a instituição pretende remeter 60% do lucro líquido em dividendos para a União, chegando ao máximo legal da transferência permitida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner

Título: Iberdrola diz não ter interesse por venda da Eletrobras

Ignacio Galán, presidente do grupo espanhol, afasta qualquer hipótese de entrada na capitalização da estatal brasileira de energia

“Não somos investidores financeiros, somos operadores e já demonstramos que sabemos fazer isso bem”, afirma Galán — Foto: Jason Alden/Bloomberg

A multinacional espanhola Iberdrola, principal acionista da Neoenergia, afasta qualquer hipótese de entrada na capitalização da Eletrobras desejada pelo governo. Trata-se apenas de respeitar o perfil da Iberdrola. “Não somos investidores financeiros, somos operadores e já demonstramos que sabemos fazer isso bem. Não somos banco, nem fundo de investimento”, disse o presidente-executivo e presidente do conselho de administração da empresa, Ignacio Sánchez Galán, em entrevista ao **Valor** durante o Fórum Econômico Mundial.

A estatal brasileira de energia está nos planos de privatização do governo há pelo menos três anos. Mas a capitalização, que passaria o controle da empresa ao setor privado, depende da aprovação de um projeto de lei que já foi apresentado ao Congresso Nacional, por meio do qual dará sua palavra final.

Na entrevista, Galán criticou a proposta de redução feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para as taxas de retorno das distribuidoras brasileiras. Apesar de elogios à condução econômica do governo e à postura de diálogo do órgão regulador, a companhia disse que os planos de um corte na remuneração dos investimentos em distribuição causa insegurança.

“Se o objetivo é estimular o investimento, o que não se pode fazer é cortar as taxas de retorno”, afirmou o executivo da Iberdrola. A proposta da Aneel,

colocada em audiência pública e ainda pendente de uma decisão final, prevê a queda do WACC (taxa de remuneração sobre o capital investido) dos atuais 8,09% para 7,17% ao ano. O indicador baliza os reajustes aplicados nas tarifas.

“Se a taxa fosse um disparate, tudo bem”, comenta Galán. Ele explica: se as empresas tivessem um retorno de 15% e o custo do crédito fosse de 7% ao ano, seria justificado. Mas a redução proposta, argumenta o executivo, não alivia as tarifas e mexe com a previsibilidade do setor elétrico.

“Ao fazer pequenos ajustes, a única coisa que se faz é criar incertezas. Para nós, não muda nada. O investimento está dado até 2023. Para os que estão entrando, seria conveniente ter um marco de estabilidade”, diz Galán, sugerindo uma alternativa à agência reguladora. “Eu manteria a taxa atual e exigiria mais investimentos nas distribuidoras.”

A Neoenergia - na qual a Iberdrola mantém 50% de participação societária depois da oferta inicial de ações em julho do ano passado - controla quatro empresas do segmento no Brasil: Elektro (SP), Coelba (BA), Celpe (PE) e Cosern (RN). Cerca de 34 milhões de pessoas são atendidas por essas quatro operações.

A Iberdrola, que anunciou em 2019 investimento de R\$ 30 bilhões no país em cinco anos, já antecipa que esse compromisso deve ser revisado para cima. “No meio do ano teremos o Investor’s Day e daremos números exatos, mas a cifra ficou pequena e poderá aumentar substancialmente.”

Galán ressalta a postura agressiva da Neoenergia em leilões recentes. O grupo arrematou lotes de transmissão que superam R\$ 9 bilhões em novos desembolsos, está construindo um parque eólico de quase 1 mil megawatts (MW) na Bahia, inaugurou recentemente a hidrelétrica de Baixo Iguaçu (PR) e avalia uma eventual ampliação da usina Termopernambuco, que é movida a gás natural. Outros projetos estão no radar. Além disso, os compromissos de investimentos nas distribuidoras vão aumentar nos próximos quatro anos, em relação ao ciclo anterior, para melhorar indicadores de eficiência.

De acordo com o relato de Galán, a companhia está feliz com o Brasil. Ele destaca a “mudança importante” na trajetória da economia: de recessão a um crescimento na faixa de 1% nos últimos três anos, mas acelerando-se para 2,3% a 2,5% em 2020. A demanda por energia elétrica aumenta mais. “Para arredondar, se o PIB cresce 2%, a demanda sobe 3% a 3,5%. Em algumas localidades do Nordeste, fica entre 4% a 4,5%.”

Com os resultados da Neoenergia, demonstra bastante satisfação. “O lucro líquido triplicou, de aproximadamente R\$ 500 milhões para R\$ 1,5 bilhão, entre

2017 e 2018. Em 2019, será 30% a 40% maior. “Isso é resultado de investimento, pessoal, organização, método de trabalho.”

Galán elogia as “ideias claras” da equipe econômica, o planejamento de leilões adotado pelo Ministério de Minas e Energia, o “diálogo contínuo” da Aneel. Por isso mesmo, tem esperança de reverter a redução do WACC. “Esperamos chegar a um acordo.”

O executivo evita comentar a situação de sua concorrente italiana Enel, que vive um conflito em torno da qualidade dos serviços da Celg-D com Estado de Goiás, cujo governador Ronaldo Caiado (DEM) ameaça retomar a concessão. “Há que se colocar dinheiro, esforço técnico, mudar processos, aumentar o pessoal. Se você não faz isso e o único objetivo é extrair dividendos no curto prazo, aí o resultado não aparece”, disse Galán, ponderando que falava genericamente, e não sobre a Enel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Produção de petróleo do país cresceu 7,7% em 2019

Brasil tem recorde anual de 1,017 bilhão de barris, diz ANP

A produção de petróleo no Brasil alcançou uma média de 2,785 milhões de barris diários em 2019, com crescimento de 7,7% ante o volume obtido no ano anterior, de 2,587 milhões de barris diários, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção anual do país superou, pela primeira vez, a marca de 1 bilhão de barris, totalizando 1,017 bilhão de barris.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, destacou o recorde da produção petrolífera em 2019. “Poucos países têm produção de 1 bilhão de barris por ano. Esse resultado mostra a pujança da recuperação da indústria brasileira de petróleo e gás e o potencial do pré-sal”, afirmou o executivo, ao **Valor**.

Considerando estimativas de consultorias especializadas que indicam a estabilização da produção no Kuwait e a queda da produção no Irã, o Brasil pode ter subido posições entre os dez maiores produtores mundiais de petróleo. Projeções da ANP e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) indicam que, até 2030, o Brasil estará entre os cinco maiores produtores globais da commodity.

Com relação apenas ao mês de dezembro, a produção de petróleo no Brasil alcançou 3,107 milhões de barris diários. O volume é 0,52% superior ao apurado em novembro do ano passado. Na comparação com dezembro de 2018, o aumento foi de 15,4%.

Em relação ao gás natural, de acordo com números da ANP, a produção do energético em 2019 foi, em média, de 122,4 milhões de metros cúbicos diários. O volume é 9,4% superior à média observada no ano anterior, de 111,9 milhões de metros cúbicos diários.

Somente em dezembro, a produção de gás em campos brasileiros totalizou 137,8 milhões de metros cúbicos diários. O volume foi 0,9% maior que o registrado em novembro do ano passado e 21,2% superior ao produzido no último mês de 2018.

Considerando a produção de todo o óleo e gás do país, o total obtido no ano passado alcançou 3,555 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) por dia. O volume foi 8,05% superior ao contabilizado em 2018, de 3,29 milhões de BOE diários, segundo os números da agência petrolífera.

A produção total do país em dezembro de 2019 foi de 3,973 milhões de BOE diários de petróleo e gás, com alta de 0,6% em relação a novembro e de 16,6% ante o último mês de 2018.

Da produção total do país em 2019, o pré-sal respondeu por 61,3%, somando 2,617 milhões de BOE por dia. Considerando apenas a produção de petróleo, foram extraídos do pré-sal 1,735 milhões de barris diários, o equivalente a 62,3% do total produzido pelo Brasil. O pré-sal também foi responsável por 58% de toda a produção de gás natural do país, com 70,9 milhões de metros cúbicos diários no ano passado.

A tendência é que a participação do pré-sal na produção total do país continue crescendo ao longo do tempo. Especificamente em dezembro do ano passado, a produção de óleo e gás no pré-sal alcançou 2,655 milhões de BOE por dia, volume equivalente a 67% da produção total brasileira no mesmo período.

Da produção total de óleo e gás do Brasil em dezembro, 94%, ou 3,725 milhões de BOE diários foram extraídos de campos operados pela Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/01/2020

Seção: Infraestrutura

Autor: Vandson Lima e Renan Truffi

Título: Roraima vê petróleo na Guiana como redenção

País vizinho pode, até 2025, tornar-se o maior produtor da commodity per capita do mundo

“Eles serão a nova Doha”, entusiasma-se o senador Chico Rodrigues (DEM-RR), em referência à capital do Qatar e um dos importantes centros financeiros do Oriente Médio. Para ele, estreitar as relações com a Guiana pode ser a redenção para Roraima, especialmente afetada pela imigração recente de venezuelanos - outro país com o qual o Estado faz fronteira.

O passo estratégico para esta integração é a pavimentação de 320 km da estrada Lethem-Lindem, no território guianense, a cargo do Brasil, que completaria o asfaltamento entre Georgetown e Boa Vista, pela BR-401, e Manaus, pela BR-174. A estrada constituiria a ligação asfaltada mais curta entre essas duas capitais estaduais e o Oceano Atlântico (1.345 km de Manaus e 682 km de Boa Vista), facilitando o acesso da produção brasileira ao Caribe e ao mercado guianense.

“[Com essa obra], você economiza 2,5 mil km entre a Amazônia e o canal do Panamá. Eu provoquei os chineses e disse para eles: por que vocês não pensam em construir uma ferrovia de Georgetown para Boa Vista? São 750 km. Nessa região estão os minerais mais estratégicos que eles precisam”, relata o senador ao **Valor**.

O governo brasileiro, contudo, não tem dado mostras de que vê a ligação com a Guiana como prioridade. Rodrigues conta que tratou da questão diretamente com o ministro Tarcísio Freitas, mas não recebeu uma resposta positiva. “O Freitas é contra agora. Ele concorda que o projeto é importante, mas diz que, primeiro, temos que mexer aqui dentro [do Brasil]. Eu disse a ele: ‘Enquanto você mexe aqui dentro, você deixa os outros crescerem lá fora’.”

Representante dos interesses da Zona Franca de Manaus no Congresso, o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga, vê outro problema: como a política externa dos governos do PT apostou justamente na integração com países latino americanos para alavancar o desenvolvimento da região, o governo Bolsonaro evita empreendimentos parecidos para não ser alvo de comparações. “Uma boa ideia acaba sendo contaminada por outras coisas”, lamenta.

Gestor da Superintendência da Zona Franca (Suframa), o coronel Alfredo Menezes rechaça a crítica. Desde que assumiu o cargo, ele diz que já se encontrou por três vezes com o embaixador da Guiana, mas que a proximidade da eleição presidencial no país vizinho, em março, estacionou as negociações. “Dinheiro vai ter para priorizar o projeto. Faltam as costuras políticas necessárias.”

Embaixador da Guiana no Brasil, George Wilfred Talbot diz que a Guiana quer o Brasil como parceiro. “É uma relação com grande potencial, mas ainda longe de ser totalmente explorada. Eu gostaria que o Brasil visse a Guiana como uma oportunidade”, diz. Uma ligação Boa Vista-Georgetown, avalia, seria benéfica aos dois países: ofereceria ao Brasil acesso para escoamento de produtos do agronegócio rumo a Estados Unidos e Europa; e à Guiana, muito dependente da importação, uma via para recebimento de produtos, dentro da perspectiva de melhora do poder aquisitivo da população nos próximos anos. “Vai tornar a Guiana mais acessível e, ao mesmo tempo, a Guiana pode ser o caminho mais curto para Estados da região Norte do Brasil acessarem o Atlântico.”

Apesar da grande necessidade de mão de obra qualificada para o setor - o país não tem qualquer histórico de produção de petróleo -, a Guiana descarta a possibilidade de uma parceria com a Venezuela. Os dois países têm uma disputa centenária pela região do Essequibo, que engloba dois terços do território da Guiana. Foi justamente no subsolo marinho local que o petróleo foi descoberto. O Essequibo também tem jazidas de ouro e minérios.

A Guiana, que compartilha 1.605 km de fronteira com o Brasil, ainda tem 80% de seu território cobertos por floresta tropical. Os 777 mil habitantes vivem majoritariamente na capital, Georgetown, e arredores. O PIB, de US\$ 3,6 bilhões, é similar ao de Roraima, Estado mais pobre do Brasil.

É neste contexto que esta antiga colônia britânica vai vivenciar, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), um crescimento proporcional 14 vezes maior do que a economia chinesa neste ano. A ExxonMobil, responsável pela exploração, prevê que até 2025 a produção chegará a 750 mil barris de petróleo por dia no local. Com uma população tão pequena, a expectativa é que a Guiana se torne o maior produtor de petróleo per capita do mundo.

Tudo somado, poderia se imaginar que um futuro de riqueza e prosperidade é questão de tempo para os guianenses. A história, contudo, mostra que não é bem assim. A chamada “maldição do petróleo” tem sido uma constante entre países que, ao se depararem com uma extraordinária fonte de recursos naturais, não conseguem convertê-la em uma sociedade economicamente estável e justa, vendo os recursos ruírem por má gestão e corrupção - Angola e Timor Leste são exemplos recentes.

Talbot diz que a Guiana está ciente e, para evitar a repetição da maldição, criou um fundo soberano para administrar os recursos do petróleo. “Sabemos que é uma janela de oportunidade. Acesso é um desafio na Guiana. Acesso à educação é a prioridade, bem como serviços de saúde, serviços como passaporte.” Os problemas são muitos. Em 2016, a Organização Mundial da Saúde (OMS) mostrou que 44,2 em cada 100 mil pessoas se matam na Guiana; jovens são as

principais vítimas e os motivos são variados, desde as poucas perspectivas até o fato de que a homossexualidade ainda é crime do país.

Uma parte do dinheiro, afirma, também será utilizada em infraestrutura, com vistas a melhorar a mineração de ouro e pedras preciosas no interior do país. “Elas ainda são vendidas em estado bruto. A infraestrutura de estradas e aeroportos será essencial, assim como é preciso agregar valor, investindo no nosso pessoal para produzir joias.”

Outro desafio é o cenário político local. As próximas eleições ocorrerão em março. Em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, em setembro, a atual embaixadora brasileira na Guiana, Maria Clara Duclos, lembrou que a antiga política migratória inglesa privilegiou a vinda de colonos da Índia em substituição à entrada de escravos africanos, o que dividiu a população do país: 45% de ascendência indiana contra 30% de ascendência africana. “Isso tem provocado até hoje conflitos entre as duas partes e é fator preponderante na organização política do país”, apontou.

As forças políticas refletem essa situação: o PPP (People’s Progressive Party), apoiado pela comunidade indiana, passou a ser oposição em 2015, depois de 23 anos no poder; o PNC (People’s National Congress), apoiado pela comunidade africana, elegeu o atual presidente, David Granger, que deverá ser candidato à reeleição.

Diferentemente de países, como o Brasil, na Guiana não há período de transição entre um governo e outro. Quem ganha no dia seguinte já assume a gestão. Com interesses do Brasil em jogo, Rodrigues diz que uma comitiva de parlamentares brasileiros vai ao país acompanhar o processo eleitoral.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Alexandre Melo

Título: Canadense SPG planeja investir em geração solar

Grupo sediado em Toronto avalia vários projetos no Brasil e estima aplicar US\$ 250 milhões nesse tipo de energia até 2024

João Dominici, diretor de operações no Brasil, informa que, no país, entre projetos em operação e construídos do zero atingem aproximadamente 1,5 GW
— Foto: Léo Pinheiro/Valor

A canadense Solar Provider Group (SPG) iniciou operação no Brasil com plano de investir no mínimo US\$ 250 milhões até 2024 na compra ou

desenvolvimento de projetos de energia solar fotovoltaica. A multinacional já recebeu 16 projetos para análise, mas está em negociação avançada com três empreendimentos.

Fundada em 2007 pelos alemães Christian Wentzel e Sebastian Seyfarth, a SPG construiu fazendas solares que somam 500 megawatts (MW), enquanto aquelas que estão em desenvolvimento atingem 2,35 gigawatts (GW). “No Brasil, entre projetos em operação e construídos do zero chegam próximo de 1,5 GW”, disse João Dominici, diretor de operações, ao **Valor**.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/01/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Produção do pré-sal tem alta de 21,6% no ano passado

Área de grandes reservas já representa 62% de todo o petróleo extraído no país. Em 2019, Brasil somou 1 bilhão de barris

A produção de petróleo nos campos do pré-sal bateu todos os recordes em 2019, totalizando 633,98 milhões de barris, alta de 21,6% em relação a 2018, como antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. A produção de gás natural foi de 25,9 bilhões de metros cúbicos no ano passado, um aumento de 23,27% na mesma comparação.

De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção no pré-sal representou cerca de 62% de todo o petróleo extraído no país no ano passado: 1,02 bilhão de barris. A produção brasileira subiu 7,78% entre 2018 e 2019. Só em dezembro, houve alta de 15,4% em comparação com o mesmo mês do ano anterior, com protagonismo do pré-sal, na costa do Sudeste. Na comparação com dezembro de 2018, o pré-sal produziu 40,2% a mais no último mês de 2019.

Para especialistas, a produção de petróleo no país continuará crescendo em 2020 a reboque do pré-sal. Além do aumento da produção de várias plataformas instaladas nos últimos anos pela Petrobras, a expectativa é de incremento na produção de outras empresas que atuam no país.

No entanto, aumenta a preocupação no setor com a possibilidade de o governo adiar para o próximo ano os leilões de áreas do pré-sal que estavam previstos para 2020. O governo sinalizou que pretende mudar as regras do regime de partilha, que a legislação atual obriga para áreas no pré-sal, para atrair mais investidores.

As empresas preferem o regime de concessão, em que pagam outorga pelo direito de explorar uma área e ficam com todo o risco e o lucro da produção. No modelo de partilha, o lucro é dividido com a União. Além disso, a Petrobras tem direito de preferência. Essas particularidades foram apontadas entre as razões de dois dos quatro blocos oferecidos no mega-leilão do pré-sal em novembro do ano passado terem ficado sem interessados.

‘HORA DE PÉ NO ACELERADOR’

Apesar de avaliarem como positiva a possibilidade de mudança nas regras da partilha, especialistas dizem que o governo deveria fazer isso com a máxima urgência ainda neste primeiro semestre para que os leilões do pré-sal possam ser realizados no fim do ano.

Para Leonardo Miranda, sócio na área de Petróleo e Gás do escritório Tozzini Freire Advogados, seria suficiente o governo tirar o direito de preferência da Petrobras. Dessa forma, ele avalia que seria possível realizar leilões ainda neste ano, considerando o ritmo forte do setor nos últimos anos, após a retomada dos leilões em 2016, e os preços significativos do petróleo no mercado internacional: — O governo deveria resolver rápido essa questão do direito de preferência da Petrobras. É fácil, melhor do que mexer no regime de partilha. Não tem que diminuir o ritmo, tem que colocar o pé no acelerador. A indústria está muito dinâmica — ressalta Miranda.

Paulo Valois, sócio do Schmidt Valois, concorda: — Acho a medida correta, mudando o regime para relançar os leilões. Mas o governo deveria acelerar o processo para aprovar já neste primeiro semestre e poder realizar os leilões no fim deste ano já.

Em viagem à Índia, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse à agência Reuters que deve ir à Arabia Saudita em julho para o início das conversas sobre o convite para ingressar na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), mas descartou decisão ainda este ano.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Petrobras encolhe e reduz emissões

Se o BNDES vender o total dos 10% de ações ordinárias que tem da Petrobras, na operação que lançou oficialmente na terça-feira, o governo ficará com apenas 50,3% do capital votante da empresa. Hoje, do capital total, o governo é dono de

58%. A empresa está ficando menor, já vendeu no ano passado US\$ 16,3 bilhões de ativos e, com isso, reduziu sua dívida de US\$ 111 bilhões para menos de US\$ 90 bilhões. Continua sendo a petrolífera mais endividada do mundo.

Para vender ativos, a Petrobras terá que, curiosamente, criar outras estatais. Uma delas será a empresa de geração de energia elétrica para agregar as suas 26 usinas termelétricas. Dessas, só 16 são efetivas. Outra venda será a dos gasodutos submarinos, as chamadas rotas 1,2,3. Será feito um IPO, e ela passará a ser sócia minoritária.

Serão criadas outras sete empresas na área de refino. A venda das refinarias já está na fase das propostas vinculantes. Há pelo menos cinco interessados em cada uma das refinarias. Serão vendidas as de Manaus, Fortaleza, Pernambuco, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul e Paraná. Mas para que a operação seja feita, cada uma delas será desmembrada da Petrobras, virará uma empresa independente para ser vendida. A Petrobras quer ficar apenas com a Reduc e as quatro de São Paulo. O fim do monopólio no setor foi aprovado por mudança constitucional em 1996, mas 24 anos depois o refino ainda é monopólio estatal.

Mesmo que consiga vender esses ativos, reduzir seu passivo, a Petrobras enfrentará outro dilema para ter futuro: como se tornar menos fóssil, dado que é uma empresa de petróleo. O mundo caminha na direção de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e isso é verdade até para as empresas que vivem de prospectar, produzir e vender petróleo, o combustível fóssil por excelência.

A empresa, diante desse dilema, colocou em marcha um projeto de descarbonização, investindo nele US\$ 170 milhões por ano. Na exploração, há muitos anos já foi desenvolvida a tecnologia de captura e reinjeção do CO2 emitido. E a empresa quer chegar à meta de 100% de captura desse gás carbônico. Outra meta que está sendo perseguida é queimar menos gás nas plataformas. Como o petróleo, ao ser extraído, vem associado ao gás, a empresa sempre queimou isso pela dificuldade de transportar, mas o total queimado no local vem sendo reduzido.

A Petrobras reduzirá em 50% o metano até 2025. Vai reduzir em 30% a captação de água doce e aumentar o reuso até 2025. A partir de janeiro ela terá obrigatoriamente que produzir e exportar óleo diesel

com 0,5% de enxofre. Porém, a atual direção não acredita em investimento importante em novas fontes de energia e acha que as outras empresas do setor fazem muita propaganda, mas as fontes alternativas são uma parte pequena de seus ativos.

Apesar de estar em plena temporada de venda de ativos, e no meio de mudanças de processo para reduzir as emissões, a estatal mais emblemática no Brasil continua com planos de aumentar a produção. A crise provocada pelo congelamento do preço dos derivados, os casos de corrupção, e o alto endividamento provocou uma redução do investimento na empresa. Há dez anos ela não aumenta o volume de petróleo produzido. Mas por ter vencido o leilão do campo de Búzios, no fim do ano passado, a direção da empresa acha que conseguirá aumentar a curva de produção.

O investimento maior que terá que fazer será em Búzios. Mas é um campo que ela conhece bem. Na área original, a Petrobras já está extraíndo 600 mil barris/dia e a um custo de extração de US\$ 4. Portanto, é onde a Petrobras fará a aposta para garantir aumento de produção nos próximos anos.

No último ano, além de vender alguns ativos como TAG, BR, Liquigás, 65 campos maduros, e o negócio de biocombustível, a empresa encerrou as atividades da PetroAfrica que tinha com o BTG na Nigéria e devolveu a concessão da distribuidora de gás ao governo do Uruguai. A negociação com o então presidente uruguaio Tabaré Vázquez, que era de esquerda, foi fácil e objetiva, segundo o relato dos negociadores. Nessa distribuidora, o Brasil vivia a situação surreal de comprar gás da Argentina ao preço do mercado e fornecer ao consumidor uruguaio a preço mais baixo, com subsídio. A perda acumulada foi de US\$ 200 milhões nos anos em que operou no Uruguai.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/01/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Tragédia de Brumadinho, que faz um ano, não pode ficar impune

Investigações mostram que empresa omitiu informações sobre fragilidade de barragem

Há quase um ano, brasileiros assistiam, em estado de choque, às cenas de horror provocadas pelo rompimento da barragem da Mina do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG). Os rios de lama, a paisagem devastada, o desespero de parentes de vítimas e sobreviventes, o heroísmo dos bombeiros, tudo parecia reprisar o pesadelo vivido três anos antes, na catástrofe de Mariana, que matou 19 pessoas e causou danos ambientais incalculáveis. Não havíamos aprendido com a tragédia. E veio outra, em escala muito maior —nos últimos 12 meses, bombeiros recolheram 259 corpos, e 11 pessoas ainda estão desaparecidas.

Mas o desastre, o maior desse tipo já ocorrido no país, não é obra do acaso. Ao contrário. Resulta de uma avalanche de erros cometidos pela empresa, que desprezou normas de segurança e omitiu dados sobre a fragilidade da barragem; por governos, generosos na concessão de licenças e negligentes na fiscalização; por consultorias que se especializaram em forjar laudos; por parlamentares, que fizeram lobbies para travar leis mais rigorosas para a mineração, e por agências que falharam no controle dessas estruturas, muitas delas erguidas com métodos obsoletos.

À medida que as investigações avançam, fica evidente que a tragédia, mais do que previsível, era só uma questão de tempo. Denúncia do Ministério Público de Minas Gerais aponta que a Vale tinha um sistema, o GRG, com informações sigilosas sobre dez barragens em situação de “risco inaceitável” — Brumadinho entre elas —, dados que foram omitidos da sociedade, de acionistas, investidores e do poder público.

Na terça-feira, o MP de Minas denunciou 16 pessoas por homicídio duplamente qualificado e crime ambiental. Entre elas, o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman, dez funcionários da mineradora e cinco da consultoria Tüv Süd, que emitiu laudo atestando a estabilidade da represa. Esta é apenas uma das investigações sobre o desastre.

Após o rompimento, mudaram-se normas sobre barragens, protocolos para retirada das populações em risco, e sugeriram propostas para tornar a legislação mais rigorosa. De fato, é preciso passar tudo a limpo, para melhorar a regulação do setor e impedir as falhas gritantes de Brumadinho, onde instalações da empresa, como um restaurante, ficavam na rota da lama. Mas é fundamental que se punam os responsáveis, indo na contramão de outras tantas tragédias brasileiras que não apontaram culpados. A impunidade é o maior estímulo para que surjam outros Brumadinhos e Marianas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/01/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Com impulso do pré-sal, produção de petróleo e gás bate recorde em 2019

Rio de Janeiro- A produção nacional de petróleo subiu 7,78% em 2019, ultrapassando pela primeira vez a marca de 1 bilhão de barris no ano, informou nesta quarta-feira (22) a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio-combustíveis). O recorde é resultado do crescimento da produção do pré-sal.

Segundo a ANP, o Brasil produziu 1,018 bilhão de barris no ano, uma média de 2,79 milhões de barris por dia. Em 2018, a produção somou 944 milhões de barris, ou 2,58 milhões de barris por dia. Já a produção de gás natural cresceu 9,46%, para 44,7 bilhões de metros cúbicos no ano.

Em dezembro, a produção média também foi recorde, somando 3,1 milhões de barris de petróleo por dia, 0,52% mais do que o recorde anterior, registrado em novembro. O volume extraído no último mês do ano é 15,44% superior ao verificado em dezembro de 2018.

De acordo com a ANP, os poços do pré-sal foram responsáveis por 66,82% da produção nacional de petróleo e gás em dezembro de 2019, o equivalente a 2,1 milhões de barris de petróleo e 85,4 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

No ano, a Petrobras iniciou as operações em quatro plataformas do pré-sal - a última, em novembro, foi a P-68, nos campos de Sururu e Berbigão, na bacia de Santos. Além disso, ampliou a atividade de unidades instaladas durante o ano anterior.

Em dezembro, de acordo com os dados da ANP, a Petrobras ficou com 74,9% da produção nacional de petróleo e gás. Segunda maior produtora, a anglo-holandesa Shell ficou com 12,2%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/01/2020

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras deve precificar oferta de ações em fevereiro

SÃO PAULO | REUTERS- A Petrobras prevê precificar sua maior oferta de ações em uma década em 5 de fevereiro, informou a companhia ao mercado nesta quarta-feira, em uma operação na qual o BNDES busca vender parte de sua fatia na petroleira estatal.

A oferta secundária poderá levantar inicialmente R\$ 19,5 bilhões, considerando o preço de fechamento da Petrobras na terça-feira (20), com a venda de 611,8 milhões de ações ordinárias.

Mas o BNDES afirmou em comunicado que a oferta pública global poderá levantar até R\$ 23,5 bilhões, ou US\$ 5,6 bilhões, se considerado o lote adicional, que pode elevar o volume de venda em até 20%, a depender da demanda pelos papéis.

A última vez que a Petrobras concluiu uma grande oferta de ações foi em 2010, em meio a um processo de capitalização.

A oferta será feita no Brasil e no exterior.

“A operação decorre do programa de desinvestimento de participações acionárias em empresas maduras e listadas em Bolsa da carteira do Sistema BNDES, que vem em curso desde 2019”, afirmou o banco. O BNDES ressaltou ainda que a oferta não envolve as ações preferenciais da Petrobras de propriedade do banco.

A oferta será coordenada pelas unidades de bancos de investimento do Credit Suisse, Bank of America, Banco Bradesco, Banco do Brasil, Citigroup, Goldman Sachs, Morgan Stanley e XP.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Países pobres e seus depósitos de óleo

Parem imediatamente os investimentos em combustíveis fósseis. É preciso deixar as jazidas de petróleo e de gás lá onde estão, nas profundezas da terra. Nossa casa está pegando fogo.

São essas e outras equivalentes as palavras de ordem que estão sendo ouvidas não só em Davos, Suíça, onde se realiza o Fórum Econômico Mundial. Mas, também, nas conferências internacionais que tratam da defesa do meio ambiente. E, desta vez, não é apenas a ativista sueca Greta Thunberg que vem cobrando a derrubada do consumo de derivados de petróleo. Cada vez mais, governos passaram a agir para exigir eficácia no cumprimento das metas do Acordo de Paris, de 2015.

Atender a apelos que produzissem uma revolução quase instantânea na matriz energética mundial, sem viabilizar primeiro os suprimentos a partir de fontes sustentáveis, é apostar no caos. E, a rigor, ninguém parece pretender de fato coisas assim.

De todo modo, dure quanto durar, essa mudança do paradigma energético é inevitável. Cada vez mais, o mundo passará a trabalhar menos com combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás) tanto na produção de energia elétrica quanto nos motores a combustão. Alemanha, França, Reino Unido, China e Índia já iniciaram

processo que deve culminar na total proibição da queima de gasolina e diesel em motores de veículos. E o querosene de aviação também está sob ataque.

Esse movimento acontece numa hora em que um punhado de países pobres anuncia grandes descobertas de petróleo e gás. Como aponta a revista *Foreign Affairs*, na sua edição do dia 21 (*Striking oil airt what it used to be*), a Exxon Mobil acaba de encontrar enormes depósitos de petróleo e gás no vizinho Suriname. Três meses atrás, a BP também revelou a descoberta de 1,3 bilhão de barris de óleo equivalente de gás na Mauritânia. Achado de iguais proporções aconteceu recentemente em Moçambique, pela francesa Total.

E podemos acrescentar aqui os campos ainda a descobrir no pré-sal no Brasil e as impressionantes jazidas de xisto de Vaca Muerta, no estado de Neuquén, na Patagônia argentina, com depósitos estimados entre 16 bilhões e 22 bilhões de barris de óleo, que mal começam a ser exploradas.

Por longo tempo, os governos do PT no Brasil deixaram para trás os investimentos do pré-sal não porque pretendessem contribuir para a preservação do meio ambiente, mas porque escolheram atender a objetivos nacionalistas. Agora, embora encharcado de óleo, o Brasil terá de enfrentar pressões crescentes pela proibição dos combustíveis fósseis.

Pergunta inquietante: todos esses achados e muitos outros que provavelmente acontecerão não servirão para nada se essas palavras de ordem forem cumpridas? Os países em desenvolvimento estarão definitivamente condenados a deixar suas riquezas debaixo do solo, depois que os Estados Unidos, hoje os maiores produtores mundiais, e a União Européia, que exauriu as reservas do Mar do Norte, tiraram proveito delas como quiseram?

A julgar pela atual política de duas grandes instituições internacionais de fomento, o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos, ambas já hostis ao financiamento da exploração de petróleo, é isso mesmo: os investimentos em exploração de petróleo devem parar ou diminuir, em nome da preservação do meio ambiente.

Há aqueles que argumentam que é muita hipocrisia dos países ricos exigir dos países pobres a suspensão da exploração de petróleo e condená-los a continuar pobres, agora que eles próprios se enriqueceram com isso. Assim, sugerem a distribuição de compensações. Mas, além de incerto, isso é pouco. E como exigir compensações pelos estragos causados nos países pobres pelos colonizadores. Nunca chegariam ou, se chegassem, não passariam de paliativos.

Nesse sentido, por vi as tortas, tem lá sua parcela de razão o ministro Paulo Guedes quando adverte que “a maior poluição é a pobreza”, condição que

poderia prevalecer para os países pobres quando a era do petróleo, por colapso da demanda, chegar ao fim.

Qualquer discussão racional sobre esse tema tem de levar em conta não só questões de justiça ou de equidade social, mas a obtenção de um equilíbrio mínimo entre a necessidade de cuidar do Planeta e a de resgatar populações inteiras da situação de pobreza.

O que é esse equilíbrio mínimo e como será obtido é outra questão sujeita a mil controvérsias. Mas o problema está aí e ele precisa de solução urgente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Zeina Latf

Título: É possível blindar a economia?

O presidente Bolsonaro tem rompantes autoritários e seu governo, apesar dos importantes avanços na economia, desfere ataques a valores democráticos. Falta-lhe autocontenção e disposição ao diálogo.

O perfil do presidente vai ao encontro dos anseios de uma parcela da sociedade indignada com a crise econômica e com aquilo que muitos chamam de crise moral. As falhas das instituições reduziram o apreço de muitos pela democracia.

Como já sabido, esse fenômeno é global e não é novo. Crises econômicas costumam ser catalisadoras de governos populistas, nacionalistas e autoritários.

Foi assim na crise de 1930. Getúlio Vargas combatia com repressão e violência seus opositores, impunha uma Constituição autoritária, conduzia a propaganda estatal de terror aos comunistas e definia a “cultura popular”. Enquanto isso, a Ação Integralista Brasileira, de pendor fascista, conquistava adeptos.

O contexto histórico atual é outro. A democracia, agora de massas, é mais madura e as instituições mais robustas. Por isso mesmo, há um racha entre analistas na avaliação da ameaça de Bolsonaro à democracia. Alguns acham que os freios e contrapesos funcionam bem e outros acham que, paulatinamente, haverá o esgarçamento das instituições, na linha defendida por Steven Levitsky.

Qualquer que seja a resposta, ambos os lados reconhecem existir o problema. Má notícia, especialmente em um país com tantos desafios para aprimorar as

instituições democráticas e promover a igualdade de oportunidades. Como aponta Claudio Couto, a postura do presidente estressa o funcionamento das instituições - Congresso, judiciário, imprensa -, que agem para conter os equívocos do governo, desperdiçando energia que poderia ser utilizada para o avanço de pautas progressistas.

A ideologia também penaliza as políticas públicas, que muitas vezes carecem de embasamento técnico.

Na economia, a dinâmica mais favorável no curto prazo está contratada, por conta de acertos do passado recente que permitiram a queda dos juros pelo Banco Central. Porém, não há como garantir a blindagem da política econômica e da agenda de reformas.

A reforma da Previdência não serve de parâmetro, em que pese o grande mérito do Ministério da Economia. A reforma da Previdência era inevitável, o que foi compreendido por Bolsonaro e pelo Congresso. O presidente, em várias oportunidades, lamentou ter de fazê-la, por falta de opção.

Apesar de utilizar o receituário de Paulo Guedes como cartão de visitas, não é novidade que o presidente impõe restrições à agenda liberal, pois reduz bastante o escopo das privatizações; prestigia corporações e grupos de apoio (como militares); e preserva regras que ferem a agenda liberal (como o tabelamento do frete).

O presidente tem emitido sinais de menor apetite para reformas e, muitas vezes, passa por cima de recomendações técnicas de seus auxiliares, como para a redução do subsídio no uso da rede de transmissão e distribuição pela energia solar (não se trata de “taxar o sol”). Também inviabiliza medidas pelo descuido no seu encaminhamento, como na meritosa proposta de extinção do DPVAT, em que a justificativa técnica foi ignorada.

É possível traçar alguns paralelos com o governo Lula. Bolsonaro deu continuidade a iniciativas do governo anterior, mas sem reconhecer publicamente. Um desavisado acreditaria que ele sucedeu a Dilma, e não a Temer. Lula fez algo parecido. Falava em “herança maldita” de FHC, enquanto Antonio Palocci continuava a obra de Pedro Malan.

Na primeira crise política e surfando a melhora da economia, Lula rasgou os manuais e mergulhou no nacional-desenvolvimentismo. O segundo mandato foi de retrocessos, deixando terrível herança para Dilma, que a aprofundou, sacrificando gerações.

O apreço à democracia é fruto de amadurecimento das sociedades, mas precisa ser estimulado pelos líderes políticos. Os valores democráticos permitem o olhar

para o futuro, para as próximas gerações. É disso que trata a agenda de reformas econômicas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/01/2020

Seção: Coluna do Broadcast

Autor: Fernanda Guimarães, Aline Bronzati, Fernanda Nunes e Cristian Favaro

Título: XP alcança R\$ 100 bilhões em valor de mercado

Quarenta dias depois de estrear na bolsa Nasdaq, em Nova York, a XP Investimentos já vale R\$ 100 bilhões, ou pouco mais de US\$ 23 bilhões. Se fosse listada na B3, ela estaria entre as dez maiores em valor de mercado, no seleto rol dos grandes bancos, Vale, Petrobrás e Ambev. Desde sua abertura de capital, a valorização dos papéis foi de 60%. Pelo menos internamente, o porcentual não causou surpresa. No ano passado, os cálculos da plataforma apontavam que ela alcançaria o marco rapidamente. Isso porque, no mundo, há poucas empresas de elevado grau de crescimento - chamadas de "growth" - ligadas ao setor de tecnologia e que geram resultados positivos. Os ativos sob custódia da XP cresceram mais de 90%, entre 2014 e 2018. Já o lucro, que acumulou R\$ 699 milhões de janeiro a setembro, foi de R\$ 465 milhões em todo ano de 2018. Em 2017, havia sido de R\$ 424 milhões e, no ano anterior, de R\$ 244 milhões.

» Bom negócio. Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu 49,9% das ações da XP e pagou cerca de R\$ 6 bilhões, avaliando a companhia à época em R\$ 12 bilhões. Após a oferta, o maior banco privado do País ficou com uma fatia de 46% da XP. O valor de mercado do Itaú Unibanco na B3 é de R\$ 321 bilhões.

» Por aqui. Apontado como a mais similar à XP listada no mercado local, o BTG foi uma das empresas da Bolsa brasileira que viu o número de pessoas físicas em sua base acionária mais crescer no ano passado. A ação da instituição, que tem dado tração a sua plataforma digital, subiu 179% em um ano.

» Embate. Multinacionais brasileiras acreditam que as disputas comerciais mundiais vão abrir oportunidades de negócios para empresas de origem nacional, em 2020. Além da guerra econômica com a China, os Estados Unidos também travam um embate com a União Européia (UE), e o Brexit, saída do Reino Unido da União Européia, movimentam o continente. A conclusão é de estudo feito pela consultoria TMF Group. A pesquisa ouviu 1770 empresários do Brasil, Estados Unidos, China, Reino Unido, Cingapura, Índia e França.

» O que pensam? Quase metade (41,6%) das empresas brasileiras diz que a disputa comercial entre a China e os Estados Unidos terá impacto positivo nos

negócios no País. Além disso, mais de um terço (35,6%) enxerga que a saída do Reino Unido da União Europeia criará novas oportunidades. Quase o mesmo número (35,2%) acredita que a disputa entre a UE e os EUA terá impacto positivo nos negócios no Brasil.

» Outra visão. Um número menor pensa o contrário: um terço dos entrevistados (32,4%) entende que a disputa comercial entre China e EUA terá impacto negativo sobre os negócios no Brasil e 27,2% veem no Brexit reflexo potencialmente negativo.

» Renda. Com o desemprego ainda alto no Brasil, o número de microempreendedores segue crescendo. No ano passado, o número de MEIs (microempreendedores individuais) subiu 23,1% em relação ao ano anterior, de acordo com dados da Boa Vista, que serão divulgados hoje. No geral, o número de novas empresas cresceu 18,1% em 2019, frente ao ano anterior. O levantamento mostra que o setor de serviços representou 61,8% da abertura de empresas no Brasil, ano passado.

» Billboard. A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) realizou um grande pregão para a concessão dos direitos de exploração de mídia e publicidade pela primeira vez em nas suas estações. Realizado na Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), o pregão teve 630% de ágio na outorga inicial, partindo de R\$ 16 milhões e chegou a R\$ 109,5 milhões. A Eletromídia deu o maior lance e terá o direito de exploração por 10 anos. A documentação está sendo analisada e a homologação deve ser anunciada nos próximos dias.

» Metrô. O resultado foi recebido com bons olhos por membros do governo. O Metrô de São Paulo concedeu, em 2017, por uma outorga inicial de R\$ 52 milhões (ou R\$ 375 milhões total), os espaços publicitários da maior parte da rede - as Linha 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha - por 10 anos. A vencedora foi a empresa multinacional JCDecaux.

» Boom. Com a abertura do mercado de óleo e gás para a iniciativa privada, o Sindicom, representante das distribuidoras, como BR, Shell e Ipiranga, deixará de ser independente. A ideia é se aliar a outra organização mais abrangente, como o IBP, que reúne grandes petroleiras.

» Unidos e separados. A avaliação das pesos-pesados dos combustíveis é que não faz mais sentido atuar de forma segmentada, diante da possibilidade de distribuidoras comprarem refinarias. Inclusive a BR, se a Petrobrás se desfizer da fatia remanescente na empresa.

Data: 23/01/2020**Seção: Economia****Autor: Célia Froufe, Niviane Magalhães, Fernanda Guimarães****Título: Ações da Petrobrás do BNDES podem girar até R\$ 23,5 bi**

Banco vai fazer oferta básica de R\$ 19,6 bilhões em papéis, disse o presidente da instituição, que segue estratégia de desinvestimento

Como parte da estratégia de desinvestimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode movimentar o mercado em até R\$ 23,5 bilhões com a venda de ações que possui da Petrobrás. O presidente da instituição, Gustavo Montezano, afirmou, em coletiva em Davos, na Suíça, onde ocorre o Fórum Econômico Mundial, que o valor-base da venda é de R\$ 19,6 bilhões. A operação envolverá a alienação de até 9,86% das ações ON (com direito a voto) da estatal. A oferta ocorrerá na Nyse, a Bolsa de Nova York, e na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

“Esta é a continuação de uma estratégia de desinvestimento de alguns meses”, disse ele, citando operações com a Marfrig e a Light e também agora a da Petrobrás, que deve ocorrer em 5 de fevereiro. “Estamos colocando a mercado a posição das ações votantes: R\$ 23,5 bilhões é o valor que pode chegar e a oferta-base é de R\$ 19,6 bilhões”, resumiu Montezano.

A quantidade total das ações inicialmente ofertadas, incluindo sob a forma de ADS, poderá ser acrescida em até 20%, ou seja, até 122.367.116 ações. Pelo fechamento das ações ON de ontem (R\$ 31,02), o valor pode chegar a R\$ 22,7 bilhões.

O preço por ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (Bookbuilding), em 5 de fevereiro. Segundo a petrolífera, o preço será aferido tendo como parâmetro a cotação das ações ordinárias de emissão da companhia na B3; cotação dos ADSs na Nyse e o resultado do Procedimento de Bookbuilding. No âmbito da oferta internacional, o preço por ação sob a forma de ADS será equivalente ao preço por ação convertido para dólares, com base na taxa de câmbio de venda dessa moeda (Ptax).

São coordenadores da operação o Credit Suisse, Bank of America, Bradesco BBI, Banco do Brasil, Citigroup, Goldman Sachs, Morgan Stanley e XP Investimentos, conforme antecipou o Estadão/Broadcast. Com a oferta nas duas bolsas, o BNDES conseguirá colocar a mercado toda sua participação, considerando as ações ordinárias, em uma única operação.

Após a venda, o banco ficará com uma participação de ações ordinárias remanescente de 0,16%, detida pelo seu braço de participações, o BNDESPar, conforme informações no site da B3. O banco de fomento possui, ainda, 19% das ações preferenciais da companhia, mas que serão vendidas em operações em bolsa, ao longo do ano. Essa fatia renderia ao BNDES mais R\$ 32 bilhões.

Dividendos. Montezano preferiu não informar, por enquanto, o volume total do repasse dos recursos ao Tesouro, porque está em Davos. Na última terça-feira, o Estadão/Broadcast estimou que o banco de fomento deve reforçar o caixa da União com até R\$ 15 bilhões com receitas de dividendos (pagamento que os acionistas de uma empresa recebem pelo lucro). Se concretizado, esse valor será recorde. Até novembro de 2019, o banco estatal “engordou” em R\$ 9,5 bilhões os cofres da União.

Pelas regras seguidas pelo banco, o BNDES precisa pagar 60% do seu lucro líquido para a União. O lucro obtido pela instituição será acumulado, entrará para o balanço no fechamento do semestre e distribuído para o acionista. Montezano disse que não poderia fazer comparação sobre a oferta com outras operações porque tem restrições para falar. Ele tampouco comentou sobre novas operações possíveis com o mesmo argumento. “Neste momento, só (falo da Petrobrás).”

Em 6 meses, governo terá vendido 13% de sua fatia na estatal

Em um pouco mais de seis meses, o governo federal terá vendido quase 13% de sua fatia de ações com direito a voto da Petrobrás, em ofertas públicas de ações na Bolsa de Valores. No ano passado, a Caixa vendeu 3,2% em ações ordinárias da petroleira e embolsou R\$ 9,6 bilhões.

Em 15 dias, será a vez do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se desfazer de 9,6% do capital votante da estatal, em uma oferta subsequente (follow on), que lhe renderá aproximadamente R\$ 23 bilhões. Aos poucos, a presença do Estado na maior companhia do governo é reduzida e os holofotes seguem voltados para uma futura privatização, de fato, da Petrobrás.

Em paralelo, a Petrobrás vem saindo de áreas que não são consideradas prioritárias. Já foi realizada a venda de controle de três subsidiárias: NTS, TAG e BR Distribuidora. Na BR, onde a Petrobrás ainda detém uma fatia de 37%, a despedida deverá ocorrer até março, em uma nova oferta de ações.

MME / ASCOM .